

Após 30 anos, discussão sobre os jogos de azar segue sem consenso no Congresso Nacional

23.12.2021 2 minutos de leitura

Autores

André Macedo de Oliveira

Giovani Menicucci

Sarah Roriz de Freitas
Pimenta

Áreas relacionadas

Relações Governamentais

Assuntos

Relações Governamentais

Em setembro de 2021, foi criado um grupo de trabalho para atualizar a proposta de marco regulatório dos jogos de azar (PL n. 442/1991 e seus apensados), o qual contempla a legalização de várias modalidades de jogos e tramita há mais de 30 anos no Congresso Nacional.

Recentemente, em 16/12, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência da matéria (293 votos a favor, 138 contrários e 11 abstenções), dispensando a apreciação pelas Comissões. Contudo, o mérito da proposta será votado apenas em fevereiro. O líder do Governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), foi a favor da aprovação da urgência e a matéria aguarda deliberação.

O Presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), por outro lado, tem afirmado que não é a favor da legalização dos jogos no Brasil, e que vetaria a matéria, caso fosse aprovada.

Nos últimos dias, o líder da frente evangélica, Deputado Federal Cezinha da Madureira (PSD/SP), afirmou que orientará a bancada a votar contra o marco regulatório dos jogos, e que apesar da tentativa do Presidente Artur Lira (PP/AL), não haveria possibilidade de acordo.

Na linha do Presidente, críticos da legalização afirmam que ela estimularia a criminalidade, e seu custo social seria maior do que o ganho econômico esperado por apoiadores da proposta. Do ponto de vista da saúde pública, há os que apontam para o risco de danos psicológicos advindos do vício, além do possível aumento de suicídios. A bancada evangélica, uma das bases do executivo no parlamento, é contra a aprovação da matéria.

Por outro lado, os jogos de azar online (apostas esportivas entre outros) estão presentes no Brasil, sem a adequada regulamentação. Há uma exclusividade do governo brasileiro para explorar os jogos de loteria por meio da Caixa Econômica, e os defensores do projeto querem expandir a exploração para arrecadar mais impostos e direcioná-los à saúde, educação e áreas essenciais.

O relator do tema no Grupo de Trabalho, Felipe Carreras (PSB/PE), afirma que o foco do texto está na integração entre cassinos e resorts, que se prestariam a alavancar o turismo brasileiro. Os complexos de entretenimento, segundo o deputado, podem valer bilhões de dólares e atrair turistas internacionais.

No Senado, propostas específicas sobre cassinos também avançaram nos últimos meses e aguardam relatório. Há um projeto do senador Ciro Nogueira (PP/PI), atual ministro da Casa Civil, que regulamenta jogo do bicho, bingo, jogos eletrônicos, cassinos em resorts, entre outros.

O cenário econômico negativo e a necessidade de ampliar a arrecadação de tributos têm pressionado os parlamentares a discutir a matéria, o que tem repercutido na tramitação das proposições a ela relativas.

Fonte: *Agência Câmara/Senado de Notícias*

Profissionais que aliam visão jurídica e visão de mercado



André Macedo de Oliveira



Giovani Menicucci



Sarah Roriz de Freitas Pimenta